

# ASSISTÊNCIA, POBREZA E INSTITUCIONALIZAÇÃO INFANTIL: USOS ESTRATÉGICOS DA RODA DOS EXPOSTOS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA (SALVADOR, SÉCULO XIX)

## ASSISTANCE, POVERTY AND CHILD INSTITUTIONALIZATION: STRATEGIC USES OF THE FOUNDLING WHEELS OF SANTA CASA DA MISERICÓRDIA (SALVADOR, 19<sup>th</sup> CENTURY)<sup>1</sup>

Alan Costa CERQUEIRA\*

**Resumo:** Este artigo discute as ações das famílias que praticavam o abandono infantil como estratégia temporária de criação junto à Santa Casa de Misericórdia da Bahia, através da Roda dos Expostos e do Asilo dos Expostos, na cidade de Salvador, durante a segunda metade do século XIX. Através da influência da História Social, este estudo busca debater as mudanças de paradigma da assistência infantil, incorporadas a partir de elementos forjados no seio dos debates sobre relações raciais no Brasil, como forma de entender as “agências” dessas famílias, sobretudo de mulheres solteiras, que decodificaram normas, acompanharam o crescimento e negociaram o resgate dos filhos, em idade considerada produtiva, com domínio das primeiras letras e dotados de formação para o trabalho.

**Palavras-Chave:** Assistência; Roda dos Expostos; abandono infantil; Pobreza; Santa Casa de Misericórdia da Bahia.

**Abstract:** This paper discusses the actions of families that practiced child abandonment as a temporary strategy of parenting at the Santa Casa da Misericórdia da Bahia, through the Foundling Wheels and the Foundling Home, in the city of Salvador, during the second half of the 19th century. Through the influence of Social History, this study seeks to debate the paradigm shifts of child care, embodied from elements forged in the core of debates about race relationships in Brazil, as a way to understand the "agencies" of these families, especially single women who decoded norms, followed the growth and negotiated the rescue of the children, at an age considered productive, with domain of the first letters and endowed with training for work.

**Keywords:** Assistance; Foundling wheels; Child abandonment; Poverty; Santa Casa de Misericórdia da Bahia.

Foi exposta uma menina parda, com algumas camisas de caça lisa velha com babado e bico no colarinho [...] caça lisa com biquinho, couro de carcomida azul claro, já solto, bordado, fita de cinto de algodão e seda (LIVRO, n. 1206, 1843-1854, p. 106).

Na noite de 27 de agosto de 1849, às portas da Santa Casa da Misericórdia da Bahia, famosa instituição de assistência à pobreza e à infância desvalida, uma cena comum se repetia: o abandono de crianças recém-nascidas. De acordo com as regras da

---

\* Mestre em História - Doutorando (a) – Programa de Pós-Graduação em História – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFBA – Universidade Federal da Bahia, campus de Salvador, Salvador, BA – Brasil. E-mail: alanrcrq@gmail.com.

instituição, os bebês abandonados deveriam ser acolhidos em uma sala anexa, conhecida como *Roda dos Expostos*.<sup>2</sup> As pessoas costumavam praticar o depósito entre 22hs e 6hs da manhã, momento em que as ruas eram mais desertas, para garantir o anonimato de quem praticava o enjeitamento (LIVRO, n. 1214, 1851).<sup>3</sup>

A menina, descrita na citação acima, foi enfaixada, pesada e amamentada sob as vistas da responsável pela Roda, a Irmã Regente. Dois dias depois veio o batismo e a criança recebeu o nome de Agostinha Ermes de Mattos. Durante alguns meses, a Santa Casa entregou Agostinha aos cuidados de Rita Maria de Andrade, moradora do Rio Vermelho, no Largo de Santana, freguesia de Nossa Senhora da Vitória. Rita, como tantas outras mulheres pobres, alugou os seus serviços como “ama de leite” (mulher que amamenta o filho de outra mulher). Ao final daquele ano, a criança enjeitada retornou para viver sob os cuidados da Santa Casa até completar a maioridade.

No ano seguinte, Agostinha retornou à Santa Casa para dar continuidade a sua criação, marcada por um ambiente de clausura, baseada nos ensinamentos religiosos, nas primeiras letras e instrução voltada para os serviços domésticos. Há poucos registros sobre sua trajetória dentro da instituição,<sup>4</sup> porém o desfecho da sua relação com a Misericórdia abre possibilidades interpretativas para pensarmos como as famílias lançaram mão de usos estratégicos das instituições de assistência à infância desvalida no século XIX. O ano de 1850, além de marcar o retorno da “exposta” (nome dado às crianças abandonadas) após receber aleitamento, também é reconhecido pela historiografia como o momento do surgimento de uma política institucional de acolhimento das crianças desamparadas.

### *Institucionalização da assistência às crianças no Brasil*

Durante a segunda metade do século XIX, as crianças pobres e órfãs tornaram-se alvos da política de assistência à pobreza que estava em desenvolvimento no país. Durante os séculos anteriores, a caridade católica serviu como principal inspiração das instituições acolhedoras de meninos e meninas em estado de pobreza e abandono. Neste período, a Roda dos Expostos foi criada como mecanismo de combate ao abandono de bebês nas ruas e nas portas das igrejas, tendo como base o ideário cristão. A partir de 1850, o ideal filantrópico buscou assistir à infância de maneira sistematizada, através da ação de médicos e juristas e pela ação normativa do Estado. Havia duas questões centrais nos debates dos filantropos, higienistas, representantes do poder público, médicos e juristas:

a mortalidade infantil e o controle social como forma de evitar a delinquência infantil. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, assim como outros locais, passou a seguir algumas orientações de um Estado que começava a legislar a respeito da situação do enjuntamento e da formação das camadas mais pobres. É nesse contexto que nasce o projeto de institucionalização da criança no Brasil (MARCÍLIO, 1998; RIZZINI; 2007; RIZZINI; RIZZINI, 2004).

Com a abolição do tráfico transatlântico, através da Lei Eusébio de Queiróz, em setembro de 1850, as mudanças de ordem socioeconômicas teriam gerado pavor entre os proprietários de escravos que ficaram receosos com uma eventual escassez de mão de obra (MARCÍLIO, 1998, p. 193). Neste contexto, a criança pobre passou a ser vista como problema social que, mediante controle e disciplina, seria acolhida e formada como sujeito “útil a si e útil á Pátria” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 24).<sup>5</sup> A terceira fase da institucionalização infanto-juvenil teve como pano de fundo a Lei de 1871 e, conseqüentemente, as mudanças anunciadas com o ventre livre. Os juristas foram, aos poucos, se tornando figuras presentes nas instituições acolhedoras e nos debates sobre a infância no Brasil, assim como os médicos *higienistas* (KUHLMANN JR., 1998, p. 81).<sup>6</sup>

A propagação das teorias raciais importadas da Europa ajudou a compor o cenário de preconceito da população “de cor” do Brasil, no final do século XIX (SCHWARCZ, 1993).<sup>7</sup> Sob tais influências, as crianças pobres, órfãs e ingênuas (toda criança nascida de mãe escrava, a partir de 28 de setembro de 1871) também se tornaram alvos da perseguição que culminou com o surgimento da antonomásia “menor” como sinônimo de desqualificação e diferenciação dos filhos de famílias bem estabelecidas (MARCÍLIO, 1998, p. 194). A associação entre crianças e adolescentes “de cor” (maioria entre os órfãos recebidos pelo Asilo dos Expostos)<sup>8</sup> e o termo menor – e seus significados – além de distanciar a “criança em situação de vulnerabilidade social da noção de “criança” empregada para classificar aqueles nascidos em famílias bem estabelecidas, fez eclodir discursos e práticas com a finalidade de desenvolver na criança assistida o comportamento de um adulto obediente e dotado de comportamentos que a classe dominante buscava impor aos escravizados.

### *A Cidade pobre e abandonada*

As ruas da cidade de Salvador na segunda metade do século XIX eram marcadas pelo comércio, com a presença de trabalhadores escravizados, libertos e livres. Em meio

a este cenário, as denúncias baseadas em retóricas conservadoras de muitos jornais associavam a falta de emprego à presença de “gente ordinária” empregada nas atividades econômicas. Na edição do dia 15 de março de 1851, o jornal *A Verdadeira Marmota* estampou o seguinte título: “Verdadeiro patriotismo”, relatando que os “moleques, escravos vadios e insubordinados, criados por velhas tolas”, nas tendas dos mestres de ofício, eram considerados os culpados pela falta de emprego dos jovens das camadas médias (A VERDADEIRA MARMOTA, 1851, p. 1).

De maneira consciente, os setores médios e dominantes tentavam associar a figura do “moleque”, isto é, termo genérico usado para referir-se aos meninos pobres e órfãos, aos cativos africanos, no sentido de desqualificá-los. Por trás da generalização do termo “moleque”, tal como “menor”, havia crianças abandonadas que não tiveram a oportunidade de serem assistidas por instituições como a Santa Casa ou rejeitaram a reclusão institucional, em troca da vida nas ruas da cidade. Apesar da crítica, o jornal também tratou de agradecer “a bela mudança de africanos brutos e velhacos por homens até brancos”, se referindo à resolução de 1850, onde Francisco Gonçalves Martins, então Presidente da Província da Bahia proibiu os africanos de descarregar os saveiros. Enquanto se propagava um ambiente de disciplina na assistência à criança pobre, o poder público buscou disciplinar de forma enérgica o trabalho negro em Salvador, fosse ao lazer ou no trabalho (REIS, 1993, p. 6-8).

Segundo observações de Kátia Mattoso, sobre o controverso censo de 1872, a Bahia possuía algo próximo de 1.379.616 habitantes, e Salvador possuía 59.819 homens livres e 52.820 mulheres livres, sendo 8.210 escravos e 8.267 escravas (MATTOSO, 1978, p. 90). Entre os diversos níveis hierárquicos, a historiadora chama atenção para o grupo mais vulnerável, formado por mendigos, “vagabundos” e escravos. Entre os dois primeiros grupos citados, além de desempregados e fugitivos, também foi contabilizado pessoas doentes, órfãos e adultos em situações de adoecimento mental, que viviam da caridade da população (MATTOSO, 1978, p. 166).<sup>9</sup>

De certa forma, estes sujeitos estavam ligados ao projeto de institucionalização e assistência da criança e do adolescente pobre e/ou enjeitado, fossem vivenciando problemas semelhantes no que diz respeito ao estado de pobreza ou através das limitações dos preconceitos de cor. Após 1850, muitas leis passaram a vigorar na Bahia com o objetivo de aprofundar a vigilância sobre a população de não brancos (AZEVEDO, 1987).<sup>10</sup> A população infanto-juvenil formada por pardos e pretos de setores mais pobres da classe trabalhadora, foi o principal alvo dos “temores” das elites e autoridades públicas.

Outro fator que indica uma associação entre vigilância, pobreza, racismo e assistência pode ser observada a partir do quadro levantado por Walter Fraga Filho ao perceber na documentação policial a questão racial como fator de diferenciação nas prisões de “menores” não brancos, pois, segundo o autor, garotos brancos eram menos sujeitos a prisão (FRAGA FILHO, 1996, p. 76-77).

Na edição de 14 de julho de 1866, o jornal *O Alabama* publicou uma matéria rogando ao delegado do 1º distrito para intervir sobre as ações dos meninos “vadios” que faziam “travessuras” nas ruas (O ALABAMA, 14 jul. 1866, p. 1). Este tipo de matéria foi constante durante décadas. Na edição do dia 15 de novembro de 1879, o novo alarde girou em torno de uma “súcia” (Termo comum à época para se referir à reunião de pessoas de “má índole” ou de má fama) de meninos “vadios” que se juntavam na ladeira das hortas para brincar e fazer “algazarra incomoda”. E, segundo o jornal, quando repreendidos, um “maior de 14 anos”, “vadio”, teria insultado um vizinho, e sua mãe de nome Izabel, “mulher que se embriaga em vez de repreender o filho”, disparou mais insultos ao vizinho (O ALABAMA, 1879, p. 2). As “algazarra” e “travessuras” destes grupos, apesar de vistos com desprezo e hostilidade pelos bem-nascidos, para estas crianças e jovens representavam um modo de se rebelarem contra as imposições do mundo adulto (FRAGA FILHO, 1996).

É possível que o jornal tenha se utilizado do conhecimento das brechas da lei, que possuía uma dúbia posição em relação ao discernimento dos atos praticados de pessoas entre 14 e 17 anos, para associar a figura do jovem à maioridade, ao usar o termo “maior de 14 anos”. Os juristas do século XIX produziram muitas dissertações preocupadas em estabelecer limites da responsabilidade individual antes dos 14 anos (BOTIN, 2007, p. 135). A legislação operava a partir da subjetividade do discernimento para punir os jovens com o recolhimento às casas de correção. No contexto de institucionalização da assistência à população infanto-juvenil, a própria infância se tornou objeto de estudos jurídicos.<sup>11</sup>

O costume de assistir crianças e adolescentes foi uma prática trazida da Europa no século XIX, e conforme aponta a crescente historiografia, foi estabelecida no Brasil uma verdadeira *cultura institucional*, isto é, uma extensa tradição de internamento de crianças e jovens em instituições asilar (RIZZINI, 2000, p. 22). Nesse contexto, as autoridades brasileiras alargaram os serviços de acolhimento em instituições para meninos e meninas, baseadas em aprendizado de ofícios, na marinha, nos asilos e escolas agrícolas.

Uma das possibilidades para o fortalecimento da assistência e da cultura institucional da infância e adolescência é de que os meninos e jovens foram percebidos por meio de uma dicotomia frágil/perigosa. Esta fronteira foi interpretada como um espaço capaz de ser moldado através da reclusão e da disciplina. Apesar das mudanças históricas sobre a percepção da criança no ocidente, nada pode esconder o interesse da classe dirigente em possuir um complemento útil e disciplinado à força de trabalho escrava do país.

Existe, porém, algumas especificidades quando analisado, por exemplo, o formato da institucionalização do público feminino das instituições de acolhimento, embora, ambos os sexos tenham partido de motivos individuais semelhantes que os conduziram até os espaços de acolhimento.

Os espaços religiosos que se proliferaram desde o século XVIII, possuíam um ambiente muito mais preparado para a assistência feminina que era especializada no ensino de ofícios manuais, como cozinhar, costurar e passar roupas. O principal discurso desta proteção era o interesse em preservar a “honra” das moças e proporcionar situações favoráveis ao casamento, inclusive com a oferta de dotes. Tudo isso estava conectado aos costumes de “proteção” da mulher: pobre e honrada. Por este motivo, estes espaços foram muito mais severos no que diz respeito à tentativa de impor a clausura (ALGRANTI, 1993).

#### *A construção da assistência da Santa Casa de Misericórdia*

A Santa Casa de Misericórdia foi fundada no dia 15 de agosto de 1498, em Lisboa, por ordem da Regente D. Leonor de Lancaster, irmã do Rei. D. Manoel I, com o nome de Irmandade de Nossa Senhora, Mãe de Deus Virgem Maria da Misericórdia (RUSSELLWOOD, 1981, p. 1). Baseada em um sistema de 14 obras divididas entre auxílios espirituais e materiais, a instituição esteve presente nos diversos locais colonizados pelos portugueses, muitas vezes, dividindo com as Câmaras a representatividade do Estado lusitano (COMPROMISSO, 31 jan. 1619, p. 1, (7700)).

Sua composição era formada por um modelo em que havia uma mesa diretora que elegia um presidente, provedor ou prior – a denominação variava. A estrutura seguia com mordomos, escrevães, procuradores, consultores e tesoureiros, divididos por tarefas como organizar livros, assistir aos irmãos necessitados, organizar festas, loterias, funerais e outras atividades. Sua franca expansão se deu, entre outras coisas, a partir das

prerrogativas e privilégios recebidos da Coroa portuguesa. Além da Europa, a irmandade foi fundada na América, África e Ásia.

Seu estatuto foi elaborado de maneira a congregar apenas a elite branca colonial. Entre seus membros havia negociantes, nobres, senhores de engenhos, e altos funcionários do governo. O texto original da Santa Casa de Lisboa foi o primeiro a tratar da assistência às moças, inclusive órfãs, propondo a criação de um “recolhimento para donzelas, acomodando treze, cada uma há de ser órfã, que não seja maior que 21 anos, nem menor que doze”. Apesar das perdas de documentos iniciais, sua fundação no Brasil ocorreu em Salvador, em meados do século XVI. A instituição baiana se tornou uma das maiores credoras do período colonial, pois além de receber privilégios do Estado, também alugava equipamentos fúnebres e possuía atividades creditícias. Havia também as doações que eram realizadas por motivos religiosos, como celebração de missas e testamentos. Além disso, parte das doações era investida na oferta de crédito a juros (SANTOS, 2013, p. 33).

A principal fonte de renda da Santa Casa provinha de doações da caridade particular. As doações representavam uma forte ligação com a religiosidade católica, uma vez que as pessoas acreditavam que o ato seria levado em consideração no dia do juízo final. Havia duas maneiras de deixar legado para a Misericórdia durante o período colonial: especificando o local de doação ou não. Quando o legatário não especificava o local de doação os bens poderiam ir para o hospital, o recolhimento de moças, os cuidados com presos e órfãos. No caso da doação do Capitão João de Mattos, foi especificado que sua fortuna fosse usada para construir e manter o Asilo para crianças abandonadas, o que ocorreu apenas no século XIX (LIVRO, n. 199 B, 1731-1732).<sup>12</sup> Durante o oitocentos, o perfil de doadores mudou, passando de nobres preocupados com o prestígio social e com a religiosidade, para homens de negócios com preocupações sociais. A mudança em questão dialogou com o perfil que a instituição iria impor ao acolhimento infante-juvenil durante a segunda metade do século XIX.

### *Os usos da Roda dos Expostos*

A urbanização das cidades europeias foi considerada uma das principais causadoras do aumento do abandono infantil. O aumento do número de crianças oriundas de relações ilegítimas e, conseqüentemente, o aumento do abandono infantil, se deu em um contexto de êxodo rural, crescimento demográfico e reorganização das relações de

sociais. As autoridades e a sociedade, de modo geral, foram pressionadas para estabelecer regras, instituições e políticas públicas capazes de enfrentar o fenômeno do abandono.

Em meio às mudanças econômicas e sociais das sociedades europeias, o século XVI e XVII trouxe a “descoberta” da infância como fenômeno social, perceptível através das representações iconográficas estudadas pelo pesquisador Phillippe Ariès (ARIÈS, 1986, p. 65). A representação ideológica da criança brasileira no período colonial era norteadada pela noção “mística” da criança que “imitava” Jesus. Estas características presentes no olhar do conquistador, por sinal, desempenharam um papel importante durante a conquista do Brasil no século XVI. Del Priore narra que a valorização da criança enquanto ser cheio de graça, especialmente os indígenas, poderia representar a salvação e o adestramento moral e espiritual dos nativos do Brasil. (DEL PRIORE, 1996, p. 12-13).

No contexto brasileiro, o abandono infantil se organizou, durante a maior parte do período colonial, através de um sistema informal, baseado na criação das crianças expostas em casas de outras famílias (MARCÍLIO, 1998, p. 144). A aprovação da Coroa para abrir Rodas e Casas dos Expostos ligadas às Santas Casas de Misericórdia ocorreu de forma tardia nos espaços urbanos. Diante das fortes cenas de bebês abandonados em terrenos baldios à mercê dos animais, sobretudo em cidades como Salvador e Rio de Janeiro, o acolhimento institucional surgiu como resposta das autoridades para conter o *infanticídio* (prática de evitar expor a criança, levando assim à sua morte) e estimular o exercício da fé (VENÂNCIO, 1999, p. 23-24). Porém, a frágil estrutura de assistência colonial fez dos hospitais e Câmaras as únicas formas de assistência à criança abandonada durante os dois primeiros séculos de colonização.

A Roda dos Expostos foi fundada em Portugal no ano de 1543, mas foi trazida para o Brasil apenas no século XVIII. A primeira Roda brasileira foi inaugurada na cidade de Salvador, em 1734. Em seguida, Rio de Janeiro, em 1734, e Recife, por volta de 1798, também inauguraram seus sistemas de rodas. Apesar do pequeno contingente populacional até o início do século XVIII, Salvador sofria com o problema do abandono e as autoridades passaram a discutir estratégias para acolher as crianças. Em 1726, o provedor da Santa Casa da Bahia, Capitão Antonio Gonçalves da Rocha, e o Vice-Rei do Brasil, Conde de Sabugosa, acertaram os detalhes para a construção da Roda (TOMBAMENTO, 1862, p. 59). Para concretizar o acordo, a Misericórdia pediu os mesmos privilégios de que gozava a Misericórdia de Lisboa e algum auxílio pecuniário.



O objetivo da criação da roda foi norteado por valores cristãos, pois a própria imagem da criança se ligava a estes ideais. No entanto, há pesquisas que afirmam a presença de mais um elemento: encaminhar as crianças para o trabalho produtivo, para transformar a classe pobre em trabalhadora e combater a prostituição e a vadiagem (LEITE, 1996, p. 99). No entanto, parece mais sóbrio acreditar que este projeto tenha ocorrido apenas durante a segunda metade do século XIX, período de mudanças no paradigma do acolhimento e de políticas oficiais no sentido de disciplinar a criança abandonada, em meio aos acalorados debates sobre força de trabalho no Brasil.

O historiador Renato Venâncio revela que os usos das instituições de acolhimento à criança abandonada estavam presentes desde o período colonial. Os “ritmos” da Roda dos Expostos eram fluidos e dialogavam com as demandas de cada período, podendo aumentar ou diminuir. Entre 1840 a 1870, a Roda do Rio de Janeiro recebeu 5 mil crianças. Em Salvador, de 1851 a 1860, o número de bebês enjeitados à Roda caiu de 831 para 238 (VENÂNCIO, 1999, p. 42).

O número de crianças desvalidas que recebia assistência institucional era relativamente pequeno no Brasil, por conta do forte costume de as crianças serem entregues para serem criadas por outras famílias (MARCÍLIO, 1998, p. 144). Para Venâncio, os números do abandono junto à Roda não eram lineares por conta da resistência das famílias em enjeitar seus filhos, diferentemente do que se acreditava na época. A carestia, resultante de flutuações de preços, a morte de um dos pais, ou a morte de ambos e as relações consideradas ilegítimas foram apenas algumas das motivações para o abandono infantil. A historiografia que debate o abandono infantil no Brasil sugere, pelo menos, três hipóteses centrais sobre o ato de enjeitar: a censura social ao nascimento ilegítimo; a miséria; a morte de pelo menos um dos pais (VENÂNCIO, 1999, p. 85).<sup>13</sup>

#### *Abandono como estratégia familiar de assistência temporária*

A escolha da trajetória de Agostinha no início do texto foi realizada com o propósito de demonstrar uma face ainda pouco explorada pela historiografia: os usos das Santas Casas como estratégia de sobrevivência das famílias de Salvador. Após retornar da casa de Rita Maria de Andrade, a exposta retornou para a Roda dos Expostos, espaço insalubre onde crianças e adultos doentes conviviam. Neste local, os índices de mortalidade eram altos, e diante de números catastróficos, o Comendador Antonio Joaquim Alvares do Amaral, membro da mesa administrativa da Misericórdia da Bahia,

mandou construir a Casa da Roda em 1844. Apesar da mudança estrutural, as crianças continuaram misturadas ao público mais velho, pois a Casa da Roda era uma sala que ficava à entrada do Recolhimento Santo Nome de Jesus (SILVA, 2011). Este cubículo equipado com alguns berços serviu para acomodar, ao mesmo tempo, crianças enjeitadas, amas de leite, a rodeira.

Concebe-se com efeito que não tendo Ella edificio algum positivamente consagrado ao trato educação dos Expostos; recebendo-os acanhado e péssimo Hospital que tinha; mandando-os depois de amamentar e criar por amas de fora; e readmitindo-os no Hospital ou no Recolhimento, quando passada a criação, tornavam ao (...) Estabelecimento (...) por maior que fosse o desvelo da Mesa (TOMBAMENTO, 1862, p. 60).

Os meninos acolhidos pela Roda eram entregues para criação externa junto às amas externas (mulheres pobres que acolhiam as crianças órfãs em troca de uma pequena quantia mensal), “logo que a idade permitisse”. Em 1847, o serviço de acolhimento foi ampliado e a Santa Casa recebeu a *Casa dos Expostos em Educação*. Foi nesse período que as crianças passaram a ser separadas por sexo. O objetivo era acomodar as crianças por mais tempo nos limites da instituição. O cômodo era ambiente sombrio e úmido, os berços perfilados eram verdadeiros túmulos para as crianças que aguardariam por uma mãe de criação (MATTOSO, 1978, p. 156).

No entanto, a Santa Casa buscava passar uma imagem de sucesso sobre suas instalações. No dia 10 de junho de 1848, o jornal *O Noticiador Cattholico*, “periódico consagrado aos interesses da religião”, publicou o resumo de uma espécie de tour pelas instalações da irmandade. Em meio aos agradecimentos às Irmãs da Associação Vicente de Paulo, religiosas responsáveis pela administração do Recolhimento para Mulheres, o jornal produziu o seguinte relato:

Sim foi a Religião quem inspirou ao homem a ideia de estabelecer casas, formar instituições que fossem ao encontro da desgraça, do desvalimento e do desamparo. E quem, senão ela, poderia inspirar a uma S. Vicente de Paulo, a ideia sublime de arrebanhar donzelas, que cheias de uma nobre dedicação, além de seus outros encargos, se tornassem as mães carinhosas de filhos enjeitados? [...] Muitas vezes nos haviam falado d’esses inocentes protegidos e amparados pela Misericórdia. [...] Mas, não nos contentamos, quisemos julgar por nós mesmos da grandeza d’essa obra pia, e de como era ela executada. Oh! que mal sabíamos nós que sentimentos nos despertaria a nossa curiosidade. Visitamos o estabelecimento dos enjeitados e verdadeiramente ficamos arrebatados. Pouco tempo estivemos entre estes anjinhos do Senhor, mas foi ele bastante para inspirar-nos estas

Página | 90

Alan Costa CERQUEIRA

*História e Cultura*, Franca, v. 6, n. 2, p.81-100, ago-nov. 2017.

linhas (O NOTICIADOR CATHOLICO, n. 3, ano 1, 10 jun. 1848, p 19).

O tom de surpresa e os elogios a respeito do amor das recolhidas em tomar conta dos “filhos da Misericórdia” foram divididos com as queixas pela falta de verba para contratar pessoal para cumprir tarefas. Foi contabilizada a presença de 25 meninos e 35 meninas, das quais estava Emilia, “uma carinha bochechuda, bela, alegre”, que, quando perguntado, disse ter o sobrenome “daquele cristão que lhe deixou preparado aquele asilo”. Quando não havia bilhetes com indicações sobre o batismo, a criança assistida recebia o sobrenome “Mattos”, em homenagem ao Capitão João de Mattos Aguiar, conhecido como “leviatã financeiro da Bahia colônia”. Ao longo da vida, João de Mattos ocupou diversos cargos importantes na administração da Santa Casa, chegando ao cargo de Provedor, o português também acumulou riquezas e ao falecer, no dia 26 de maio de 1870, deixou uma fortuna testamentária para a Santa Casa, destinada a construção do asilo para crianças abandonadas (RUSSEL-WOOD, 1981, p. 70).

O jornal encerrou a matéria com uma solicitação ao provedor para que a mesa gestora concedesse alguns passeios para que as crianças pudessem respirar o ar livre, “tão necessário aos meninos” (O NOTICIADOR CATHOLICO, n. 3, ano 1, 10 jun. 1848, p. 20). A clausura era compreendida como um espaço característico do gênero feminino, mas também podemos inferir que a solicitação fosse ao sentido de alertar sobre as péssimas condições das salas sem circulação de ar. O perfil religioso deu o tom da matéria, mas o que muitos leitores não se atentaram era o fato de que o responsável pelo jornal era o arcebispo da Bahia, D. Romualdo Antônio Seixas, então provedor da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, o mesmo responsável pela pouca efetiva reforma de 1847. Compreendemos a matéria como um texto panfletário que buscava reforçar a imagem de benevolência da Misericórdia, no intuito de aumentar o prestígio da instituição e agregar novas doações.

Agostinha era uma das crianças que moravam na Santa Casa na época da visita do jornal. Aos 13 anos, Agostinha e todos os expostos foram transferidos para o Asilo Nossa Senhora da Misericórdia, criado em 1862. Em reunião realizada em outubro de 1861, o provedor Manoel José de Figueiredo Lima deu início as tratativas para a compra do terreno da Roça do Campo da Pólvora para servir de asilo aos órfãos (LIVRO, n. A19, 1857-1875, p. 97). A propriedade que atualmente serve como sede administrativa da

Santa Casa de Misericórdia da Bahia foi comprada junto a Associação São Vicente de Paulo, que mantinha um recolhimento para moças.

O Asilo dos Expostos era amplo, abrigando dois andares, quatro salas de aulas, quarto de costura, banheiro, pátio, refeitório, dormitórios, berços e cozinha (RELATÓRIOS, 1875-1876, p. 1-2). Seu estilo era conventual, isto é, baseado nas práticas religiosas, na simplicidade das roupas e no controle com o contato externo, sobretudo para as meninas, assim como ocorreu em outras instituições de assistência para meninas (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 26). A Santa Casa criou um regulamento que passou a orientar o cotidiano do novo estabelecimento (REGULAMENTO, 1874). O documento estabeleceu a criação do cargo de Mordomo dos Expostos e Madre superiora. O texto também orientava sobre os cuidados com o acolhimento das crianças, o modelo de educação das primeiras letras, os alugueis das amas de leite e criadeiras, internas e externas, além do perfil da formação para ambos os sexos.

Por último, o regulamento tratava do sistema de locação dos internos para serviços domésticos e os critérios de desligamento dos órfãos, atribuindo atenção especial para o casamento das órfãs, que recebiam dote, caso o pretendente fosse aprovado pela instituição.

O Asilo resolveu a maioria dos problemas estruturais da assistência à criança enjeitada, embora, no decorrer dos anos, os índices de mortalidade continuassem alarmantes.

Ao completar 21 anos, Agostinha foi autorizada pela Santa Casa a se casar com Joaquim Romão da Salva, em 1870. O pretendente precisou enviar uma petição e foi avaliado pela instituição. O casamento ocorreu na capela do Asilo e o noivo recebeu o dote 400\$000 (quatrocentos mil réis) (LIVRO, n. A19, 1857-1875, p. 208). Diferente da maioria das órfãs, Agostinha não teve seus serviços alugados com empregada doméstica na casa de alguma família bem estabelecida de Salvador.

Na década seguinte, no dia 9 de maio de 1881, o Asilo recebeu uma criança com idade fora dos padrões estabelecidos pelo regulamento interno, um fato no mínimo curioso. Havia outras instituições acolhedoras em Salvador, sobretudo a Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim, especializada em instruir meninos nas artes e nos ofícios. Tratava-se de Serapião Romão da Silva de Mattos. Na matrícula do órfão havia anotações sobre a morte do seu pai, como motivo para o enjeitamento (LIVRO, n. 1216, 1870-1894, fl. 88; LIVRO, n. 1219, 1871-1893, fl. 60).

O fato curioso fica por conta da anotação do escrivão: “sabe ler e escrever”; uma característica pouco comum para a realidade da maioria das pessoas da cidade. Não há registros sobre o horário do ingresso de Serapião, muito menos registros sobre sua passagem pela Roda, o que sugere uma entrada pelas portas da frente do Asilo. Após completar 13 anos, Serapião foi alugado para Felix Marques da Silva, como aprendiz de ofício de maquinista. O contrato era válido até o enjeitado completar a maioridade. Durante o período de vigência do contrato, a Santa Casa recebeu 12\$000 (doze mil réis) mensais que foram divididos com o enjeitado no momento de desvinculação entre este e a Santa Casa (LIVRO, n. 1219, 1871-1893, fl. 60).

Serapião reencontrou sua mãe ao se desligar da Santa Casa. O já crescido aprendiz de maquinista era filho de Agostinha Ermes de Mattos e o falecido Joaquim Romão da Silva. Salvador era uma cidade marcada pela prosperidade de poucas famílias em um cenário de intensa desigualdade social. Apesar da circulação feminina das mulheres pobres e suas alternativas de sobrevivência do comércio (DIAS, 1995, p. 19; FERREIRA FILHO, 1994), garantir o sustento do seu filho parecia ser uma tarefa árdua para a mãe viúva. As mulheres que enjeitavam os filhos eram taxadas de “mãe desamorosas” e “ingratas”, embora os homens nunca fossem lembrados.<sup>14</sup>

Proporcionar ao seu filho o domínio da escrita e da leitura aos seis anos não parece uma atitude de desleixo ou ingratidão. Ao que tudo indica, o abandono de Serapião pode ter representado mais um capítulo das famílias que enjeitavam seus filhos como forma de estratégia de sobrevivência, conhecendo as regras da assistência à criança pobre e abandonada para poder garantir sustento, roupa e ofício. Afinal, 20% das famílias que enjeitaram seus filhos utilizaram a Santa Casa como estratégia de criação temporária (VENÂNCIO, 1999, p. 85). Isso mostra que o enjeitamento de crianças em situação de vulnerabilidade social foi quase uma das chaves para a sobrevivência familiar em situação de vulnerabilidade.

Não há documentos que comprovem que Agostinha tenha acompanhado o crescimento do seu filho, embora seja possível imaginar que, uma vez assimilado os critérios de obediência, a mãe de Serapião tenha acompanhado os seus passos.

Um dos caminhos analíticos usados para tentar compreender as ações de Agostinha e de outras mães que enjeitaram seus filhos passa pela articulação de conceitos que resultam em uma interpretação de “resistência silenciosa”,<sup>15</sup> capaz de produzir sentidos, de maneira relacional, que torne possível pensar, por exemplo, o contato entre

as mães e seus filhos, mães e os responsáveis por oferecer o acolhimento, detalhes estes que saltam aos olhos do historiador, mas que a documentação silencia.

Joana Tolentino de Freitas, viúva de Nicolau Tolentino de Freitas, usou a mesma estratégia de Agostinha, apesar de não conhecer o sistema de assistência da mesma forma que a exposta. Joana enjeitou seus dois filhos no dia 22 de agosto de 1878. Dez anos se passaram até que, em 10 de dezembro de 1888, os irmãos Demétrio Tolentino de Freitas e Pedro Tolentino de Freitas, com 13 e 12 anos respectivamente, reencontrassem sua mãe. Esta idade era considerada o período em que os meninos já estariam aptos a ingressar no mercado de trabalho (LIVRO, n. 1219, 1871-1893, p. 70).<sup>16</sup> Nota-se que, novamente, a morte de um dos pais era a condição de enjeitamento. Mas, diferentemente dos outros episódios, os meninos foram resgatados muito antes da idade adulta.

Apesar de pouco lembrado pelas críticas da época, os homens também usavam da mesma estratégia lançada por Agostinha. Em 1841, João Nepomuceno foi outra criança enjeitada na Roda dos Expostos da Santa Casa. Assim como Agostinha, João passou por um período de criação externa antes de retornar para dar continuidade a sua criação. Em 1850, o órfão foi requerido pelo funileiro José de Arvellos Bottas para aprender o seu ofício (LIVRO, n. 1214, 1851, p.1). Uma década depois do seu desligamento com a irmandade, João deixou seu filho às portas da Roda dos Expostos, mas como indicio de criação temporária, batizou o menino com o seu nome. Doze anos se passaram e o pai retornou ao Asilo para buscar o filho para ensinar o seu ofício. Não sabemos os motivos do enjeitamento, embora fique nítido que o enjeitamento temporário tenha sido usado como estratégia. É possível que João Nepomuceno fosse viúvo. No termo assinado no dia 10 de março de 1876, intitulado: Termo de saída do menor João Nepomuceno, o provedor se colocou no direito de “fiscalizar o tratamento que receber o dito menor (...) enquanto não lhe der alta definitiva” (LIVRO, n. 1216, Est. H, 1870-1894, p. 43).

O contrato era a parte formal que representava as obrigações do contratante. Em mais um episódio que expressa às estratégias conscientes das famílias sobre as possibilidades de enjeitamento temporário através da Roda e do Asilo dos Expostos ocorreu através do pedido de desligamento feito por Maria da Glória. Neste caso, a própria exposta escreveu petição para se desligar e viver com a sua mãe:

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro de mil oitocentos e oitenta e seis (...) compareceu a exposta Maria da Gloria, e disse que tendo obtido o despacho de 23 do corrente que se lhe permitia sua retirada do Asilo dos Expostos, para viver em companhia e sob proteção de sua mãe

Bernardina Francisca de Nazareth, vinha assinar este termo, ficando de hoje para sempre desligada da Santa Casa (LIVRO, n. 1219, 1871-1893, p. 22).

Nos episódios anteriores, a petição foi realizada por antigos internos da Misericórdia que enjeitaram seus filhos. Porém, a atitude de Maria da Glória traz um novo elemento porque sua mãe não havia passado pela instituição na condição de enjeitada. Outra novidade é que Bernardina Francisca de Nazareth, mãe de Maria, não participou da assinatura do termo de desligamento, pois a exposta era maior de idade. Não há registros sobre a condição de vida da mãe da exposta, não sabemos se ela havia melhorado de vida ou se as duas mantinham contato ao longo dos anos, embora pareça evidente que sim.

As estratégias não se limitaram ao abandono diretamente às portas da Roda. Havia outras estratégias de abandono, como enjeitar a criança na porta de algumas autoridades e pessoas ligada à Santa Casa. No dia 21 de novembro de 1851, o Subdelegado da Penha, Carcolino Alves de Souza encontrou uma criança “parda” que aparentava ter mais de 11 meses. A criança foi encaminhada à Santa Casa no mesmo dia do ocorrido, batizada com o nome de Igues (LIVRO, n. 1214, 1851, p. 2). Apesar de a documentação não mencionar o paradeiro da mãe no momento de desligamento da exposta, nada impede de as duas terem mantido contato antes da desvinculação.

As pequenas particularidades das trajetórias dos pais, bem como o período de reestabelecimento do vínculo familiar, apenas reforçam a ideia de que apesar de reconhecerem a Santa Casa como um local de assistência permanente ou temporária, cada família partia de realidades distintas e esta mesma diferença motivou o reencontro em períodos diferentes.

### *Considerações finais*

O que se viu no decorrer da transição da fase caritativa para a “filantrópico-higienista” foram noções de “progresso” e “civilização” que passaram a integrar os discursos das autoridades. As crianças pobres, órfãs e filhas de mães escravizadas se tornaram objetos importantes nos debates do Estado com a esfera privada, tanto pelas mudanças a partir da Lei do Ventre Livre, quanto pelas noções de assistência que penetravam as instituições acolhedoras.

No âmbito institucional, figuras como médicos e professores seculares começaram a fazer parte das instituições caritativas que desempenhavam a maior parte do

acolhimento de crianças abandonadas no Brasil. O interesse de juristas higienistas pela questão da criança como problema social, aos poucos ganhou forma e contribuiu para que, no início do século XX, os Asilos fossem substituídos por Orfanatos. Com isso, pode-se dizer que o Código de Menores, de 1927, fechou um ciclo de transformações das políticas de assistência à criança pobre (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 14-29).

A mudança na legislação ligada à escravidão em 1850, e depois da Lei de 1871, percebeu que a questão escravista foi fundamental para influenciar os moldes da política de institucionalização da criança pobre e abandonada no país. Soma-se a isso o considerável aumento de não brancos como público interno do Asilo dos Expostos, percebidos através das práticas de classificação racial da Misericórdia. O aumento de entradas de órfãos do sexo feminino no Asilo também influenciou uma crescente aptidão da instituição no acolhimento de meninas. Este fato, por sinal, nos parece um elemento que não pode ser descartado para buscar entender o fenômeno do abandono como estratégia de criação temporária das crianças.

Histórias como essas se repetiram com alguma frequência e a descoberta destes documentos só foram possíveis pelo levantamento de matrículas das crianças internas com os livros da Roda e petições. As estratégias organizadas por estas mulheres, em sua grande maioria, pobres, não seria uma forma de resistência à própria ideia de abandono? As estratégias empregadas por estas mulheres revelam imagens muito diferentes daquelas pintadas pelos jornais e irmãos da Santa Casa de Misericórdia.

Estudo de gênero realizado no Brasil e na América Latina vem demonstrando uma importante participação feminina nas conquistas através de petições, em ações de liberdade durante o século XIX e colocou a maternidade no cerne das ações (COWLING, 2006, p. 173). Diante da percepção de leis e modelos assistenciais, no contexto da pobreza urbana, da impossibilidade de garantir o devido sustento aos filhos, ou por medo de uma retaliação social, para àquelas pertencentes às camadas mais abastadas, não seria as estratégias de enfeitamento por tempo determinado, uma forma de resistência? Antes de tudo, uma “resistência silenciosa”, ampla e pautada pelos desafios diários de ser mãe em uma cidade marcada pelas exclusões, que dialogou com formas de negociações contínuas com o patriarcalismo, cristalizado nas relações com a Santa Casa de Misericórdia. Afinal, uma leitura a contrapelo, imperativa neste tipo exercício de análise, revela que estas famílias teriam acompanhado o desenvolvimento de seus filhos de muito perto.

As transformações políticas e sociais durante o século XIX que culminaram na construção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) deslocaram o amparo da



criança e do adolescente para o acolhimento familiar, com responsabilidades da sociedade e do Estado. Apesar das mudanças na contramão das experiências oitocentistas, o Brasil ainda guarda traços de uma cultura, que é constantemente evocada por diversos sujeitos e instituições: as tentativas de institucionalizar a criminalizar a criança pobre e negra.

## Referências

*A Verdadeira Marmota*: do Dr. Prospero Diniz. Bahia, 1851-1852.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas*: mulheres da Colônia. Rio de Janeiro: Editora José Olympio/Brasília: Ed. Unb, 1993.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Trad. Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro. Editora Guanabara, 1986.

AZEVEDO, Célia M. Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco*: o negro no imaginário das elites. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

BOTIN, Livia. *Trajetórias cruzadas*: meninos (as), moleques e juízes em Campinas (1866-1899). 2007. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CERQUEIRA, Alan Costa. *De órfãos a trabalhadores*: trajetórias das crianças expostas do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia (1862-1889). 2016. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

COMPROMISSO da Misericórdia de Lisboa de 1619, por Pedro Craesbeeck. *Biblioteca Nacional de Lisboa*, Fundo Geral Monografias, Lisboa, 31 jan. 1619.

COWLING, Camillia. Negociando a liberdade: mulheres de cor e a transição para o trabalho livre em Cuba e no Brasil, 1970-1888. In: LIBBY, Douglas Cole; FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Trabalho livre, trabalho escravo*: Brasil e Europa, século XVIII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

DEL PRIORE, Mary. O papel do branco, a infância e os jesuítas na colônia. In: \_\_\_\_\_ (Org.), *História da criança no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos e vadios na Bahia do século XIX*. 1996. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

KUHLMANN JR., Moysés. *Infância e educação infantil*: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LEITE, Miriam Moreira. O óbvio e o contraditório da Roda. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História da criança no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.

LIVRO 1º de Termos de Saída de Expostos. *Santa Casa de Misericórdia da Bahia*, n. 1219, 1871-1893.

LIVRO contendo as verbas de disposições testamentárias de João de Mattos e Aguiar. *Santa Casa de Misericórdia da Bahia*, n. 199 B, 1731-1732.

LIVRO da Roda dos Expostos. *Santa Casa de Misericórdia da Bahia*, n. 1206, Est. H, 1843-1854.

LIVRO da Roda dos Expostos. *Santa Casa de Misericórdia da Bahia*, 1851, n. 1214.

LIVRO de Atas da Mesa. *Santa Casa de Misericórdia da Bahia*, n. A19, 1857-1875.

LIVRO de Matrícula e Serviço dos Expostos. *Santa Casa de Misericórdia da Bahia*, n. 1216, 1870-1894.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. A roda dos expostos e a criança abandonada na História no Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

MATTOSO, Kátia M. de Queiróz. *Bahia: a cidade de Salvador e o seu mercado no século XIX*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. *A sorte os enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)*. São Paulo: Annablume; FINEP, 2008.

*O Alabama*: periodico critico e chistoso. Bahia, 1866-1882.

*O Noticiador Catholico*, periódico consagrado aos interesses da religião sob os auspícios do Excelentíssimo e Reverendíssimo senhor Dom Romualdo Antonio de Seixas, Arcebispo da Bahia. Bahia, 1849-1855.

REGULAMENTO do Asylo dos Expostos. *Santa Casa de Misericórdia da Bahia*. Typographia do diario, 1874.

REIS, João José. A Greve Negra de 1857 na Bahia. *Revista USP*, São Paulo, n. 18, p. 6-29, 1993.

RELATÓRIOS da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. *Santa Casa de Misericórdia da Bahia*, 1875-1876.

RIZZINI, Irene. *A criança e a Lei no Brasil: revisitando a história (1822-2000)*. Brasília; Rio de Janeiro: Unicef; USU Editora Universitária, 2000.

\_\_\_\_\_; RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio. São Paulo: Loyola, 2004.

RUSSEL-WOOD, Anthony John R. *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755*. Brasília: UnB: 1981.

SANTOS, Augusto Fagundes da Silva dos. *A misericórdia da Bahia e o seu sistema de concessão de crédito (1701-1777)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

SILVA, Ivani Almeida Teles da. *Porta adentro: formação e vivências das recolhidas do Santo Nome de Jesus de 1716 a 1867*. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870 -1910)*. 2011. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: Estudos sobre a cultural tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOMBAMENTO dos bens imóveis da Santa Casa de Misericórdia da Bahia em 1862, de Antonio Joaquim Damazio. *Santa Casa de Misericórdia da Bahia*. Typographya de Camillo de Lellis Masson & C. 1862.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias abandonadas: Assistência à criança das camadas populares no Rio de Janeiro e Salvador – Séculos XVIII e XIX*. Campinas: Papirus, 1999.

Notas:

---

<sup>1</sup> Este texto é parte da pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia – PPGH, com apoio financeiro da CAPES.

<sup>2</sup> A *roda* era um cilindro de madeira fixado ao muro ou janela do hospital, no qual a criança era depositada, bastava agitar a sineta que ficava acima do artefato e girá-lo, dessa forma a criança era dirigida para a parte interna do local de recepção, mantendo em segredo a identidade da pessoa que enjeitasse o bebê.

<sup>3</sup> Nas matrículas das crianças abandonadas, foi possível perceber um padrão do horário do abandono infantil. Entre as 19hs até a meia noite os enjeitamentos eram mais comuns, no entanto, após este horário havia uma tendência a diminuir os índices de abandono que eram retomados depois das 5hs da manhã. É possível ter havido o receio, por parte das mulheres (descritas como responsáveis por estes atos), de perambular pela cidade na madrugada, ou, simplesmente, devido ao receio de não encontrar a “rodeira” (mulher responsável por receber as crianças que eram depositadas na Roda) acordada.

<sup>4</sup> De modo geral, a documentação as crianças acolhidas pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia é composta, em sua maioria, por registros de entrada a partir da Roda, ou através do Asilo dos Expostos, processos de educação, matrículas, batismo, contratos de locação dos serviços dos expostos e desligamento

---

das obrigações entre as partes. Todavia, é a documentação dos contratos é a que apresenta maior riqueza e volume de informações sobre o público interno. As órfãs eram empregadas exclusivamente em serviços domésticos na casa de famílias que viviam nos arredores da Santa Casa, mas Agostinha não foi “alugada” pela instituição. Ver: (SILVA; 2011; CERQUEIRA, 2016)

<sup>5</sup> As autoras explicam que o século XIX desencadeou noções como o progresso e civilização, emprestado do ideário da Revolução Francesa, nos programas educacionais do ocidente. Isto teria causado, nos asilos para crianças pobres, uma gradativa tendência à secularização da educação, sem, no entanto, deixar de existir mesmo em instituições públicas. Uma vez que a religiosidade era entendida como transmissor de preceitos morais.

<sup>6</sup> Os médicos brasileiros se engajaram em um movimento no qual havia a proposta de transformar os hábitos da população. Este modelo se tornou mais eficaz apenas no início do século XX. Porém, pesquisadores como Kuhlmann Jr., acredita que ocorreu uma verdadeira “batalha” higienista que começou no segundo quartel do século XIX e ganhou força no início do século XX. Segundo o autor, foi travada uma campanha em nome da administração sanitária. Além das crianças, em especial a infância pobre e desvalida, as amas de leite foram duramente enquadradas. Os mais diversos temas foram abordados neste processo: educação, alimentação, amamentação e condutas sociais.

<sup>7</sup> As teorias formuladas por Carolus Linnaeus e Georges-Louis Leclerc, o Conde de Buffon, receberam uma adaptação “à brasileira”, por figuras como Sílvio Romero.

<sup>8</sup> Durante o século XIX, as crianças descritas pela documentação como sendo não brancas representaram a maior parte da clientela da Misericórdia da Bahia, ao longo da segunda metade do século XIX. Este número é ainda maior ao final do último quartel do período oitocentista, em que pardos e crioulos chegaram a representar mais de 80% do total (VENÂNCIO, 1999, p. 47; CERQUEIRA, 2016, p. 55).

<sup>9</sup> O primeiro grupo era formado por funcionários da administração real, os militares de grandes patentes, os grandes proprietários rurais e os comerciantes abastados, ambos famintos por distinções hierárquicas. O segundo grupo é circunspeto por uma população “bastante rala e livre” de funcionários subordinados da administração real, soldados de regimento, comerciantes taberneiros, vendedores e artesões, por exemplo. Logo em seguida, o terceiro grupo era composto por profissionais liberais, militares, funcionários de baixos cargos na administração real, oficiais mecânicos intermediários, pequenos comerciantes, ambulantes de gêneros alimentícios, muitas vezes recém-egressos do cativo, além de “gente do mar” - pescadores e marinheiros que transportavam produtos do Recôncavo baiano para Salvador.

<sup>10</sup> Entre 1851 a 1863, por exemplo, a legislação cobrava uma taxa de 10\$000 (dez mil réis) anuais para o africano que atuasse como mestre, oficial ou aprendiz, fosse escravo ou liberto. Refiro-me as seguintes leis: Lei de nº 420, de 7 de julho de 1851; Lei nº 491, de 17 de junho de 1853; Lei de nº 512, de 19 de julho de 1854, Lei de nº 582, de 19 de julho de 1854; Lei de nº 582, de 19 de julho de 1855; e a Lei de nº 607, de 19 de dezembro de 1856.

<sup>11</sup> A pesquisadora, inclusive, dedica parte do seu trabalho a entender como se deu o processo de construção da infância como “objeto” jurídico, através de processos crimes do tribunal de justiça de Campinas e a própria produção jurídica da época.

<sup>12</sup> O Capitão João de Mattos Aguiar deixou uma enorme herança para a construção do Recolhimento de meninas no final do século XVII, no valor de 217:092\$475 réis.

<sup>13</sup> É importante assinalar também uma condição de enjeitamento possibilitado pelo sistema da escravidão no Brasil: a exposição de filhos de escravas, em que os senhores buscavam o escravo em idade que pudesse executar atividades laborais; havia também casos de escravas que enjeitavam seus bebês como forma de garantir a liberdade de seus filhos (MARCÍLIO, 1997, p. 152; CERQUEIRA, 2016, p. 61).

<sup>14</sup> Essas foram apenas algumas das designações utilizadas pelos irmãos da Santa Casa para se referir a estas mulheres. Este trecho foi retirado de uma passagem do livro escrito pelo escrivão da Misericórdia Antonio Damazio.

<sup>15</sup> Trata-se de uma tentativa de articulação do conceito de negociação presente nos estudos do historiador inglês E. P. Thompson, com as discussões realizadas à luz dos debates de negociações das relações de gênero presentes em estudos sobre as mulheres negras no confronto com a sociedade escravista da América Latina (COWLING, 2006; MOHAMMED, 1995; THOMPSON, 1998).

<sup>16</sup> O termo de entrega das duas crianças relata que se tratava do enquadramento do Artigo 47 do Regulamento do Asilo dos Expostos. Também ficou acordado que a mãe deveria apresentar as crianças de seis em seis meses para completar-lhes a educação primária e ensiná-los algum ofício.